Cadernos de Gênero e Tecnologia
ISSN: 1807-9415

http://periodicos.utfpr.edu.br/cgt

Mulheres na Educação Profissional: dialética do feminino na trajetória de uma educadora

Marise Nogueira Ramos
E-mail: ramosmn@gmail.com
Orcid: http://orcid.org/0000-0001-5439-3258
Universidade Federal Fluminense
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Fundação Osvaldo Cruz
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O artigo advém da conversa entre a autora e Lindamir Casagrande no contexto do Projeto "Conversando sobre". O eixo analítico é a dialética do feminino: a trajetória numa sociedade machista orientada pela contradição feminino (tese) / masculino (antítese), recusando-se a condição subordinada da mulher pela afirmação profissional e social típica do masculino. A síntese se fez pela reafirmação do feminino na potência do trabalho de mulheres contra a subalternidade. A primeira seção aborda o período da infância como a negação do feminino visto nas mães da época. Em seguida, traz-se o contato com a profissão industrial desde a escola técnica até o trabalho em fábricas, afirmando o masculino, e, depois, o feminino por superação dialética, na docência a pesquisa. Finalmente, tem-se a reflexão sobre a escola no enfrentamento das questões de gênero. As considerações finais resgatam o caráter histórico da formação humana que precisa projetar a emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional. Mulheres. Feminino/masculino. Trajetórias. Gênero.

INTRODUÇÃO

Este texto foi produzido a partir da conversa com Lindamir Salete Casagrande, no “Conversando sobre ...”. Seu conteúdo expôs dimensões das nossas subjetividades relacionadas à vida profissional. Nossas faces disponíveis nas telas das redes sociais podem ter mostrado ansiedades, dúvidas, hesitações. É assim que vivemos; ainda que orientadas por prescrições e normas da profissão científica e acadêmica, somos instadas a transgredi-las ou a relativizá-las no sentido de confrontar a objetividade que as sustentam com apropriações e reconstruções subjetivas.

Já não somos as mesmas que passaram pelos bancos escolares; que escreveram suas dissertações e teses de mestrado e doutorado; que se portam nas salas e nos auditórios como autoridades. Somos mulheres conquistando espaço e buscando realização profissional, social, humana. Somos mulheres produtivas e afetivas. Somos rigor junto com empatia, solidariedade e generosidade. É com esse espírito que aqui exponho algumas experiências e ideias, motivada pela primeira pergunta que me desafiou: o que se esconde por trás da Marise acadêmica? Acho que nada. O que se escondeu, tem-se revelado aos poucos. Parte dessas revelações, que não são segredos, ganham agora o papel como espaço.

Por esses motivos, inicio o texto com pinceladas de história de vida, desde a infância, quando construí institivamente a negação do feminino visto na imagem condensada nas mães dessa época. Caminho para as experiências profissionais da vida madura, sendo neste período que afirmo o masculino na formação para o exercício da profissão. O feminino é reafirmado como síntese que incorpora dialeticamente o masculino na transição para a docência e para a pesquisa, mantendo-se a Educação Profissional como campo de atuação e de investigação.

Evoco, finalmente, nossa resistência e, mais uma vez a cumplicidade. Perguntei-me, por que e por quem escrevo? A resposta vem a seguir e justifica o conteúdo da escrita:

> Por todas as filhas inteligentes, desconhecedoras, sem rumo e pelas que tudo sabem... pelas filhas que estão avançando direto ou que prosseguem aos trancos... pelas que estão aprendendo a chorar novamente ... pelas que estão aprendendo a gargalhar... por todas elas, não importa se estão saudáveis, curadas ou não, não importa de que classe, clã, oceano ou estrela... por todas as filhas que herdaram amor em abundância de antepassadas queridas que já se foram, mas que mesmo assim ainda fazem visitas ... por todas as filhas que um dia ouviram por acaso o conselho de uma sábia destinado a outros ouvidos, mas essas “palavras certas na hora certa” causaram uma centelha que iluminou seu mundo daquele momento em diante para sempre ... por todas as filhas que ouviram a sabedoria, não a entenderam, mas a guardaram para o dia em que conseguissem compreender ... (Estés, 2007, p. 105).

CONCEITUAÇÃO

O eixo analítico deste texto é a dialética do feminino, assim definida: a trajetória formativa e profissional da autora numa sociedade patriarcal e machista foi orientada pela contradição feminino (tese) / masculino (antítese), recusando-se a condição subordinada da mulher pela afirmação profissional e social típica do masculino. A síntese se fez pela reafirmação do feminino por superação e incorporação do masculino, não subordinada à lógica patriarcal e machista, mas sim emancipatória na potência afirmativa do trabalho das mulheres.

Baseio-me no conceito de dialética por entender que a realidade é constituída por mediações históricas como "sistema de contradições" que expressa um "momento de permanência (relativa) detectável nos seus afloramentos à superfície" (Barata-Moura, 2012, p. 309) mediante a análise. Parece-nos muito importante ressaltar o que explica o autor sobre a necessidade de se distinguir a contradição dialética de um "mero enunciado de oposições" ou "qualquer contraposição exterior ou extrínseca de momentos ou aspectos de um fenômeno determinado" (Barata-Moura, 2012, p. 377-378). Importa saber que uma contradição dialética se constitui quando há uma luta efetiva entre os polos que se opõem como unidade.

A compreensão sobre essa interdependência e unidade dos polos opostos da contradição é importante para diferenciar a contradição dialética da contradição lógica. Neste último caso, a questão está em "[...] determinar a verdade e a falsidade de dois enunciados imediatamente contraditórios" (Barata-Moura, 2012, p. 376). Portanto, afirmações contrárias podem ser logicamente contraditórias, sem que o sejam dialeticamente. Não é este o caso dos contrários feminino/masculino. Eles se constituem de fato uma unidade dialética, posto que um não existe sem o outro. Isto, deve-se dizer, tanto na constituição de sujeitos singulares, quanto nas relações sociais.

Por isto, a narrativa que compõe este texto num movimento analítico, chegará, na trajetória da autora, à síntese como unidade dos contrários, assim materializada: o feminino foi reafirmado não como subordinação, mas por superação dialética do masculino, isto é, incorporando-o naquilo que potencializa o próprio feminino.

PINCELADAS DE HISTÓRIA DE VIDA: O QUE SE ESCONDE E SE REVELA EM DEFINIÇÕES PROFISSIONAIS

Sou professora. Penso ser esta a minha identidade desde que me entendo por gente. Nasci em Volta Redonda, Rio de Janeiro, em 1965, uma cidade industrial, que durante a ditadura civil-militar era "área de segurança nacional", por sediar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) onde meu pai trabalhava no ofício de soldador. Outros membros de minha família paterna também lá trabalhavam em ofícios industriais, grande parte homens. Em minha lembrança, registro somente duas mulheres, primas de meu pai, funcionárias do Escritório Central. Vinham todos e todas de Bananal, uma cidade paulista próxima à divisa com o estado do Rio de Janeiro e, por isto, muito próxima a Volta Redonda. Essa cidade, com a fundação da CSN, atraiu muitos trabalhadores de áreas esgotadas pela monocultura cafeeira do designado "Vale do Café" – cidades ao longo do Rio

Paraíba – e, também, de Minas Gerais. Afinal, era a passagem do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial e a consolidação da cultura fordista no lastro da política de Getúlio Vargas.

Meu pai nasceu no seio de uma família representante da oligarquia cafeeira falida. Minha mãe, mineira, a primeira mulher e segunda mais velha dentre os treze filhos, chegou jovem em Bananal, com seus pais atraídos por terras mais baratas, que ali se instalaram como pecuaristas de gado leiteiro. As circunstâncias levam ao casamento de um homem da cidade com uma mulher do campo. Ambos com pouca escolaridade, mas com patrimônio cultural distinto determinado pelas respectivas origens. A baixa escolaridade do pai se devia a relações conflituosas com a escola, por razões objetivas e subjetivas que exploraria em outro momento. Quanto a mãe, era a expressão do pensamento de que mulher não precisava estudar. Não fosse por sua personalidade determinada e insistente, seria analfabeta como sua mãe. Determinação de ir para a cidade aprender a costurar (ofício que, depois de casada, ajudou a compor a renda familiar com o salário de operário do marido), ainda jovem e solteira (podendo conhecer o rapaz da cidade) – com a mesma insistência que a levou, anos mais tarde, com os filhos já criados, ao banco escolar do supletivo noturno terminar, provavelmente, as quatro séries primárias. Conseguiu, assim, equiparar sua escolaridade à do marido.

No âmbito dessa cultura, que nos remete à entrada do país nos tempos do fordismo, registro outras lembranças da infância que associam questões de gênero, trabalho e cultura fordista. A mulheres mães de famílias mantidas predominantemente pelos salários dos cônjuges, eram “do lar”. Cuidavam da casa, dos filhos e dos maridos. Meu acordar, muitas vezes, não cheirava a café, mas sim, ao almoço que iria para a marmita de meu pai, no trabalho em regime de turno. Por isto, havia também a alegria minha, com as duas irmãs e um irmão, todos mais velhos, quando o pai chegava, eventualmente, pela manhã, de um turno “dobrado” – duas jornadas seguidas, que redundavam em pagamento de “hora extra” – com o chamado “sonrisal”. Era a “quentinha” que os trabalhadores noturnos recebiam. Nós crianças, gostávamos da comida (talvez até pelo estranho aspecto de tudo muito “socado” dentro da vasilha laminada descartável); e, mais ainda, do saquinho plástico de leite (talvez uns 250 mL) e uma barra de chocolate (se esta não viesse, a tristeza era geral). O salário ficava nas mãos da mãe, vindo a ser completado com os serviços de costura, realizado em casa.

Outras mulheres, mais pobres, “trabalhavam fora” (expressão que sempre achei curiosa, pois sugere que outras “trabalhavam dentro” de casa – o trabalho doméstico, hegemonicamente feminino, até hoje não é contabilizado no Produto Interno Bruto – PIB). Ainda guardo a imagem de muitas mulheres uniformizadas sentadas na escadaria do Escritório Central da CSN aguardando seu turno. Seriam as trabalhadoras da limpeza. Uma delas era mãe de uma colega de escola, possivelmente “mais pobre” do que as outras crianças que, ao chegarem em casa, encontravam suas mães e o almoço pronto. Eu sentia alívio por minha mãe não estar naquele retrato de realidade que invadia cotidianamente meus olhos, de dentro do ônibus, voltando da escola.

Lembro-me, ainda, de pelo menos três famílias em torno da minha casa, no bairro simples onde nasci, todas elas dependentes do trabalho na CSN: do lado direito, havia crianças que temiam a chegada do pai após a jornada de trabalho, pois seriam repreendidas depois da mãe confessar à autoridade masculina as

peraltices infantis diárias; do lado esquerdo, uma família numerosa com a casa relativamente caótica, pois nenhuma mulher conseguiria deixá-la sempre arrumada com tantos afazeres; e, em frente, uma família cujos três filhos eram portadores de deficiências ligadas à saúde mental. Penso que foi na convivência com esta que exerci pela primeira vez a docência: entre os dez ou doze anos, alfabetizei a menina, mais velha do que eu, que nunca havia ido à escola, e tampouco o fez algum dia. Sua mãe, muitos anos mais tarde, ao se reencontrar com a minha, revelou terem sido minhas "aulas" a única fonte de seus aprendizados.

O relato dessas histórias não visa romantizar a docência, ou a vida operária; menos ainda, a condição feminina. Ao contrário, com ela procuro compreender a contradição entre a afinidade com a prática pedagógica que parece ter se mostrado já na minha infância, e a negação da profissão de professora. Negação que só foi superada após a conclusão do ensino superior. O fato é que eu repelia qualquer profissão e/ou projeto de vida que tivesse a marca do feminino na cultura fordista. Encantavam-me as profissões masculinas, a suposta autodeterminação e autonomia masculinas. Eu não seria esposa do lar, nem professora ou enfermeira; sequer musicista, uma outra experiência que não abordarei aqui. Não seria mãe, o que me ocorreu aos 43 anos de idade (se assim me projetava, aparecia-me a figura do menino, nunca da menina). Pensava em ser cientista, trabalhar em laboratórios ou na indústria, com todos os mitos que tal representação sugere. Ao mesmo tempo, a escola me encantava. Gostava do espaço, das relações e das atividades escolares.

Essa representação ensaiaria a se concretizar no estudo da química. Estudante do tempo da Lei n. 5692/1971, na rede pública de minha cidade, ao chegar ao 2º. Grau, cursava-se o primeiro ano básico. Foi quando estudei essa matéria, demonstrando êxito pouco comum dentre colegas de turma. A irmã mais velha já cursava Ciências Contábeis na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Moradora do alojamento, dividiu quarto com ex-alunas da então Escola Técnica Federal de Química – RJ e reparava o quanto o acervo de conhecimentos e experiências adquirido com o curso técnico lhes facilitava os estudos no nível superior. Meu projeto encontrava caminho: eu faria o concurso para a ETFQ-RJ e, se exitosa, viria para o Rio de Janeiro, onde essa irmã e a outra já traçavam carreira e fixariam moradia. Eu seria mais uma mulher na educação profissional.

ENTRE CIÊNCIA, INDÚSTRIA, DOCÊNCIA E A POLÍTICA

Essa inserção na educação profissional como práxis produtiva, pedagógica e política se configurou em vários momentos na relação com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Inicialmente, como estudante; experiência essa que se desdobrou no exercício profissional de técnica em química. Antes, porém, como estudante secundarista, conheci o movimento estudantil, depois, o partidário, este mais curto. Nesses casos, as leituras de formação política ajudaram, em certa medida, a compensar a fragilidade dos aprendizados em ciências humanas e sociais, cerceados no 1º. Grau pelo regime ditatorial, e rarefeitos no 2º. Grau por darem lugar a conteúdos específicos da profissão. Depois, como professora de disciplinas técnicas do mesmo curso que me formou. Mais tarde ainda, como dirigente dessa instituição, atuando nas disputas políticas

e institucionais, desde a chamada “cefetização”, passando pelo decreto n. 2.208/1997. Posteriormente, como dirigente do Ministério da Educação, lutando pela recolocação do debate sobre a educação politécnica, que teve no decreto n. 5.154/2004 um apoio jurídico.

Quanto a esta última experiência, destaco que a educação profissional adquire uma centralidade na estrutura educacional brasileira, nas políticas públicas dos governos ligados ao Partido dos Trabalhadores, mas com uma marca distinta de sua origem e história. Lutamos por uma concepção de educação profissional que interessaria à classe trabalhadora, centrada na unidade com a educação geral, da formação científica com a formação humana, do estudo das letras, das artes, da cultura geral com a cultura técnica e num olhar para a ciência que a compreenda como produtora de tecnologia, mas também como prática contraditória. Uma formação humana desse tipo redundaria na possibilidade de as pessoas viverem de seu trabalho e compreenderem a historicidade e as contradições do real.

Vivemos essa utopia e nela estamos trabalhando desde os anos de 1980, em defesa da educação politécnica, resgatando-a partir de 2003 com o Ensino Médio Integrado, juntamente com um largo espectro de intelectuais. Sofremos regressões mesmo no campo crítico, com o retorno a políticas mais focalizadas, a educação profissional para os pobres, compensatória, para o trabalho manual, simples. Ao contrário, defendemos a educação profissional como educação de qualidade socialmente referenciada. Atualmente vivemos um momento ainda mais regressivo, com a contrarreforma do ensino médio.

Um dos argumentos reiterados para se justificarem as contrarreformas que atingem a rede federal refere-se à suposta elitização dessas instituições. Esse argumento sinaliza, então, que a educação profissional, por se destinar à classe trabalhadora, precisa ser precária. Porém, essas instituições conseguiram congregar ciência, trabalho, tecnologia e cultura. Dimensões que deveriam ser referência de todo o sistema educacional.

Retomo esses princípios para dizer que a escola é território de lutas de classe que hoje, por sua vez, não prescinde do debate sobre trabalho e gênero. Quando fui estudante da escola técnica, meus colegas eram filhos de operários, moradores do subúrbio carioca, em sua maioria. Trata-se de gerações que expressam uma forma de ser histórica da classe trabalhadora que, no pensamento das elites, deveriam ter o mesmo destino de seus pais. Mas a experiência da escola técnica federal proporcionou uma formação que associou trabalho e cultura geral, possibilitando elevá-los à condição de dirigentes, no sentido gramsciano (Gramsci, 2001).

As mães desses estudantes certamente eram, na sua maioria, mulheres pouco escolarizadas como a minha. Mulheres que, ao mesmo tempo que se adaptaram à cultura machista do fordismo, não vislumbravam sua reprodução na vida de suas filhas e viam na educação uma possibilidade desse rompimento, mesmo que influenciadas pela Teoria do Capital Humano (Frigotto, 1984), sem saberem de seu caráter ideológico. Penso que a vivência subjetiva do cruzamento da história familiar – como particularidade da condição de classe – e escolar, também pré-determinada por essa condição, condensada na necessidade da educação profissional, explica porque coloquei na defesa da educação politécnica, integrada

e *omnilateral* dessa classe um dos sentidos da minha vida, na prática acadêmica, política e ética.

Como estudante da educação profissional e trabalhadora técnica de nível médio, vivi práticas machistas. O momento do estágio era singular, pois, na formação em química, presumia-se que o espaço das meninas seriam os laboratórios, enquanto o chão da fábrica, as plantas produtivas, seriam dos meninos. Quando fiz estágio na Petroflex, uma subsidiária da Petrobrás, deparei-me com uma situação inversa: uma engenheira e um técnico de nível médio eram casados; ela ia para a planta e ele ficava no laboratório. Não que este seja um caso exemplar. Mas nos provoca a ver que as relações profissionais são campos de transgressão da cultura hegemônica, em especial dos preconceitos e discriminações. Os conhecimentos profissionais e ético-políticos entram em jogo na desacomodação e no deslocamento de papéis instituídos.

Na criação das escolas de aprendizes e artífices, em 1909, origem dos atuais Institutos Federais, as aprendizagens destinadas às mulheres eram relativas às atividades domésticas, à costura, ao bordado, ao cuidado de crianças; enquanto os homens aprendiam a trabalhar com madeira e metal em oficinas. Esta divisão já se encontrava na Antiguidade clássica, antes mesmo da existência da escola, quando as crianças da nobreza eram enviadas para outras famílias que assumiam sua educação. As meninas aprendiam boas maneiras e o bom trato com as artes; enquanto os meninos desenvolviam habilidades da guerra (Fernandez, 1989).

As escolas técnicas eram escolas dos homens. No ensino superior, encontramos o curso de economia doméstica, que visava a preparar mulheres para a administração racional do lar. Quando a mulher era contratada pela indústria, a preferência por seu trabalho remetia a sua delicadeza, subserviência, aceitação de baixos salários, à passividade diante do assédio moral e, por vezes, sexual. Mesmo que na fábrica houvesse homens e mulheres, o trabalho mais qualificado e, com frequência, de maior autoridade, era do homem. Mesmo nos postos de nível médio, que já carregam alguma desqualificação em relação aos postos de ensino superior, as funções de supervisão, manutenção, de procedimentos técnicos mais complexos, tendiam a ser destinados aos homens. Em geral, a divisão sexual do trabalho segue uma lógica favorável ao disciplinamento dos trabalhadores, ao controle do trabalho e à elevação da produtividade.

Minha experiência como trabalhadora técnica de nível médio, durante cinco anos, no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia de Cigarros Souza Cruz, me mostrou mediações do que afirmo. No plano operacional, mesmo contratadas como técnicas de nível médio, estavam as mulheres, pelos motivos que arrolei anteriormente: delicadeza, subserviência, dentre outras características. Nas funções de manutenção estavam os técnicos de nível médio. As funções de supervisão eram destinadas a mulheres de nível superior, as quais, por sua vez, se subordinavam aos gerentes e pesquisadores, todos homens com curso superior, incluindo mestrado e doutorado.

Foi nessa mesma Companhia – com a “veia” política apassivada pela fadiga da conjugação de trabalho com o curso de química, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – que os velhos estudos e práticas do movimento estudantil regressaram. A greve dos trabalhadores fumageiros no início do governo de Fernando Collor contava principalmente com os operários da fábrica. Mas, no

Centro de Pesquisas também instituímos o comando de greve. Foi impossível frear meu engajamento – mais uma vez com muitos homens – o que me redundou na demissão seis meses depois (dentro da legalidade para não caracterizar punição de greve). A notificação me chegou pela voz das supervisoras femininas, uma das quais, interlocutora oponente em uma assembleia, quando ela defendeu que a "elite" (sic) mais escolarizada do Centro de Pesquisas não deveria fazer greve. Recebi aplausos dos homens operários ao rebater publicamente suas ideias, evocando a unidade de classe trabalhadora. Desempregada, e terminando o curso superior, a proximidade com o pensamento crítico traçou a rota de chegada à docência, simultaneamente contratada como professora de química do recém-criado Curso Técnico de Segundo Grau em Saúde, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz, e como estagiária da disciplina de Análise Instrumental na Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro. Logo depois o concurso público alçou-me à professora de físico-química dessa instituição.

Politecnia e ensino técnico atravessados por química e físico-química ... Textos de Demerval Saviani, palestras de Gaudêncio Frigotto ... Conferência Brasileira de Educação em São Paulo ... ouvir Lucília Machado, uma mulher, discutindo relação trabalho-educação, origens do ensino técnico e perspectivas de formação politécnica; conhecer Acácia Kuenzer, outra mulher que falava da "pedagogia da fábrica". Parecia que a antítese feminino-masculino que povoou meu imaginário dava lugar, agora, a uma síntese. Ficava para trás o mestrado em química; fui à educação, mas para estudar trabalho.

Penso que minha geração viveu um misto de subordinação, adaptação e transgressão. Fazer um curso tipicamente classificado como masculino significava coragem e pioneirismo, tendo que enfrentar preconceitos, discriminações e assédios. Talvez a partir dos anos de 1990, com a redemocratização do país, a ampliação dos movimentos sociais, as estudantes tenham empunhado mais vigorosamente a bandeira da igualdade de gênero e, a realidade da educação profissional e do trabalho técnico, tenha se alterado relativamente. Mas arrisco dizer que não de forma radical.

Mesmo a postura docente expressa lastros de valores conservadores. Reproduz-se a ideia de existirem profissões femininas e masculinas. Esses valores se reproduzem ou são as próprias reproduções de relações domésticas, conjugais. Afinal, por que as mulheres, na maioria, cuidam da casa, da comida, da roupa e dos filhos, mesmo que exerçam suas profissões em empresas e organizações e contribuam significativamente para com as despesas da casa? Quiséramos que cada vez menos meninas e jovens aceitassem ou tolerassem relações desse tipo. Atualmente, temos nossas dívidas com as novas gerações; elas vão resgatá-las.

"AS QUESTÕES DE GÊNERO ESTÃO NA ESCOLA": ESPAÇOS DE (DES)CONSTRUÇÃO CULTURAL

A escola é um espaço fundamental de superação de tais valores e comportamentos. Eles precisam ser ruídos. No caso da educação profissional, a perspectiva da formação integrada visa proporcionar instrumentos intelectuais, culturais e éticos que nos ajudem a compreender a história da divisão sexual do

trabalho e a luta das mulheres por seus direitos. Daí o acesso ao conhecimento ser fundamental à vida humana e social. Temos outras possibilidades além da escola, por exemplo, as redes sociais. Mas a escola é que possibilita ir às determinações dos fenômenos, pois é o campo do conhecimento analítico sistematizado. O currículo escolar e o da educação profissional em particular, nos permitem entender a história dos processos de produção da existência humana em sociedade e suas contradições, juntamente com a construção objetiva e de representações do ser feminino, da sexualidade heteronormativa e da homossexualidade, dentre outros aspectos, como expressões da diversidade humana e das contradições sociais.

É preciso superar posições preconceituosas de homens e mulheres. Vemos, por exemplo, posturas de professores que discriminam professoras de diversas formas. Tende a haver tranquilidade quando a mulher é professora da área das linguagens, de arte, de filosofia, de ciências humanas e sociais. Enquanto a física, a química, a matemática, são tidos como universos masculinos. Há, também, a desqualificação. Julga-se, por exemplo, que mulheres não podem ou não se dispõem a entrar numa planta industrial ou na construção civil por questões de fragilidade ou de estética. Em contraste, aquelas que se dispõem a essas atividades, muitas vezes são julgadas moral e/ou jocosamente, como masculinizadas. Há, também, jogos ligados à sexualidade. Quando mulheres ascendem na hierarquia funcional, muitas vezes se pergunta a que preço o fez. Minimiza-se a competência e valoriza-se uma suposta “sedução”. São desqualificações baseadas em estereótipos que, além de discriminarem, dificultam a superação do senso comum na sociedade. Se continuarmos a reproduzir tais valores e comportamentos dentro da escola, torna-se mais difícil superá-los na sociedade. Eles também adentram ao mercado de trabalho reforçando a apologia à hierarquia machista e heterodeterminada.

É importante, inclusive, pensar o inverso. Quantas profissões são interditadas ao homem por se considerá-las essencialmente femininas. Quantos meninos ou rapazes, por exemplo, encontramos em um curso técnico de dança? Enfim, por que essa relação entre profissão e sexualidade é historicamente construída e submetida ao julgamento axiológico? Por quais processos históricos se produziu e se cristalizou tal relação? Por que algumas profissões ficaram tão vinculadas ao gênero e à sexualidade, opondo-se aos princípios da igualdade e da liberdade?

Finalmente, parece-me ser interessante darmos uma mirada de gênero para os lugares de gestão na rede federal. Provavelmente, ainda hoje, temos menos reitoras do que reitores; talvez, menos diretoras do que diretores. Quando da minha experiência como Diretora de Ensino no Cefet-Química, nos anos de 1990, participei muito das reuniões do Conselho de Dirigentes dessas instituições, primeiramente do Conditec e, depois da transformação das escolas técnicas em Cefets, o Concefet. Convivi com os dirigentes dessa época. Minha memória registra três diretoras mulheres: a do Cefet-Química, do Rio de Janeiro; a do Cefet de Santa Catarina; e da do Cefet do Piauí. Eram dirigentes críticas, combativas e que enfrentavam a hegemonia masculina daquele coletivo, no Ministério da Educação e na respectiva Secretaria que respondia pela educação técnica e tecnológica. Enfrentavam, ainda, posições conservadoras e, por vezes, corporativas e fisiológicas, presentes na relação entre as instituições e o poder governamental. É curioso que, por vezes, em embates mais tensos e delicados, eram essas mulheres

indicadas para o diálogo direto com governantes, dada a sua capacidade argumentativa, de um lado; e a suposta tendência de a autoridade masculina ser mais educada diante de mulheres. Trata-se de outra postura estereotipada, vinculada à ideia de fragilidade do gênero feminino.

Cenário um pouco diferente vivenciei no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em que as duas diretorias estratégicas da política de educação média e tecnológica foram ocupadas por mulheres, sendo eu própria uma delas, respondendo pelo ensino médio, com Ivone Moreyra respondendo pela rede federal. Muito se poderia discutir sobre relações com nossos interlocutores coletivos, também predominantemente masculinos, como eram os membros do Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e do Concefet.

A gestão nacional do ensino médio no início do governo Lula enfrentava desafios importantes quanto à diversidade e às políticas de inclusão e igualdade educacional. Empreendemos diálogos e ações importantes nesse campo. Uma delas foi a reconstrução e gestão do programa Diversidade na Universidade, iniciado ainda no governo anterior, destinado a apoiar cursos pré-vestibulares para negros e indígenas. Era um programa importante, mas com alguns pontos críticos, influenciados por lógicas neoliberais. Por exemplo, tinha um caráter compensatório, pois, ao invés de atuar na estrutura do ensino médio público, que exclui esses sujeitos, alimentava alternativas de se minimizar as defasagens de aprendizagens com os cursos pré-vestibulares. Esses eram predominantemente proporcionados por organizações não governamentais que se candidatavam ao recebimento de recursos destinados a apoiar projetos. Realizava-se, assim, a transferência tanto de responsabilidades quando de recursos financeiros, do Estado para a sociedade civil. Quanto às identidades da população afrodescendente e indígena, tomava-as como homogêneas e a-históricas. Enfrentei a discussão com organizações indígenas que reivindicavam não políticas de inclusão na cultura urbana-industrial para a qual se voltou a educação escolar. Ao contrário, eles queriam reconhecimento e respeito à sua cultura, às suas línguas, às suas escolas e, por isto, reivindicavam apoio à educação básica em geral, ao ensino médio e à universidade indígenas. Diziam que o programa não os atendia. Buscamos enfrentar esse debate e alterar as políticas inclusivas nesse sentido.

Dialogamos com o Grupo Arco-íris para discutirmos direitos de estudantes homossexuais, transgêneros e o respeito à diversidade sexual e de gênero no ensino médio e na educação profissional, juntamente com o problema da violência e da exclusão escolar que atinge esses sujeitos. Também foi intenso o debate sobre ensino médio e educação profissional da população do campo e, ainda, com representantes de pessoas com deficiência, mesmo que existisse uma instância no interior da Secretaria de Educação Básica com essa finalidade. Todas essas ações foram congregadas, posteriormente, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), demonstrando sua relevância para a sociedade civil e política à época. A Secretaria Extraordinária dos Direitos Humanos era interlocutora frequente, assim como a Fundação Palmares. Não tenho registro de diálogos com a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

De fato, é curioso que, dentre essas mobilizações e reivindicações, não estivessem movimentos de mulheres. Isto, talvez, porque a discriminação sofrida pelos grupos aqui citados seja mais explícita, tendo impulsionado e visibilizado sua

organização de forma mais contundente. A questão de gênero, e, particularmente, a feminina, talvez se revele mais em micro relações e nos micropoderes. Ao mesmo tempo, quanto mais se "escondam" nesses planos, mais temos que trabalhar para que se transformem em objetos de estudo, da política pública e de organização, mobilização e reinvindicação social. Tempos depois, a política de educação profissional contou com o Programa Mulheres Mil. Valeria à pena buscar estudos sobre o tema.

Repito aqui, inspirada em uma fala de Lindamir Salete Casagrande, considerações que fiz recentemente quando tive a honra de prefaciar um livro sobre o tema:

> as questões de gênero e sexualidade não estão sendo levadas à escola pelos pesquisadores desse campo. Elas estão lá, como estão na sociedade em geral e nas relações profissionais, em particular. Elas estão nas relações entre as classes sociais e nos micropoderes. Esses intelectuais e seus estudos contribuem para o seu desvelamento e provocam o questionamento, o debate e a tomada de posição. Despertam a necessidade de se lutar por igualdade de direitos e pelo respeito incondicional, convocando sociedade e Estado a agirem nesse sentido (Ramos, 2021, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia, contexto histórico em que o conteúdo deste texto foi discutido, agravou enormemente a condição feminina. Sofremos as marcas da cultura escravocrata que caracteriza nossa sociedade, em um contexto em que se agrava não somente as crises sanitária e econômica, mas também a crise ética. Retomam-se, de forma acintosa, atitudes machistas, misóginas, homofóbicas, racistas e sexistas. Nesse contexto, temos o compromisso, como mulheres nessa sociedade, e que atuam na educação profissional em particular, interlocutoras específicas deste texto, de fazer valer a beleza de sermos mulheres, intelectuais, cientistas, educadoras, engenheiras, médicas, cozinheiras, mães, artistas, poetizas, musicistas; enfim, todas as dimensões de nosso ser e estar no mundo que se sustentam sobre e revelam a nossa força e o nosso poder.

Atualmente, por mais que tenhamos reações conservadoras à visibilidade e aos direitos de mulheres, comunidade LGBTQIAPN+, da população negra, indígena, do campo, com deficiência, de outros, não será mais possível regredir. Afinal, a reação conservadora é proporcional às nossas conquistas. E nossa organização e luta serão ainda mais intensas. Sabemos que não atingimos a plenitude da igualdade de direitos, mas conseguimos demarcar espaços importantes. Mesmo que se voltem alguns passos atrás, não voltaremos ao mesmo ponto do qual partimos. A condição da sociedade atualmente, com acesso à informação e à comunicação, inclusive, nos proporciona diversas estratégias de união, para que nos encontremos em defesa de nossos princípios.

O ser humano é uma espécie de formação e de transformação históricas. Quando essa referência criativa e criadora é lembrada, recuperada e valorizada, reconhecemos que o conhecimento produzido pela humanidade precisa ser apreendido pelas novas gerações para que elas se tornem também produtoras de

novos conhecimentos e sujeitos transformadores da realidade em benefício dos plenos direitos à vida. Conhecimentos não são verdades absolutas, mas sim, históricas. Por exemplo, a modernidade deu pouca atenção à questão ambiental, mantendo com a natureza uma relação de exterioridade. Percebemos hoje que as conquistas de bem-estar pela humanidade não implicam dominar a natureza, mas integrar-se a ela, como unidade que somos, produzindo e transformando para seja viável a todas as espécies viver neste planeta. Mas relações de expropriação, exploração e exclusão a que o capital nos submeteu historicamente, nos levou a outro curso, cujas consequências são, atualmente, muito visíveis. As questões de gênero, sexualidade e da diversidade que discutirmos aqui são mediações dessas relações. Portanto, é preciso que nos perguntemos se e o quanto nossos pensamentos e nossas ações contribuem para a manutenção e o acirramento da opressão ou para as lutas pela emancipação humana.

O afastamento do humano da sua condição de espécie que forma unidade com a natureza nos levou à soberba. Produzir conhecimentos, socializá-los e criticá-los, mediante superações dialéticas, precisam ter no horizonte a ampliação de tempos de liberdade universalmente; não somente para uma classe ou para alguns grupos. É preciso superar o senso comum que acomoda pensamentos e práticas elitistas, preconceituosas e discriminatórias herdadas da cultura escravocrata. Se estamos na contramão do poder hegemônico, isto é motivo de muito orgulho. Continuemos, então, a agir,

> [...] ... pelas filhas que remam sozinhas e cujas antepassadas escolhidas foram por necessidade encontradas em livros queridos, em imagens norteadoras captadas no cinema, na pintura, na escultura, na música e na dança ... pelas filhas que absorvem o bom senso e as atitudes necessárias trazidos por espíritos de sabedoria, ásperos e evanescentes que aparecem em sonhos noturnos ... pelas filhas que estão aprendendo a escutar a velha sábia da psique, aquela estranha sensação interior de nítida percepção, de audição, noção e ação intuitivas ... pelas filhas que sabem que essa fonte de sabedoria interior é como panela de mingau do conto de fadas, por mágica, nunca se esvazia por mais que se derrame seu conteúdo... (Estés, 2007, p. 106).

Women in Vocational Education: Dialectics of the Feminine in the Trajectory of an Educator

ABSTRACT

This article stems from a conversation between the author and Lindamir Casagrande within the context of the "Conversing About" Project. The analytical axis is the dialectic of the feminine: the trajectory in a patriarchal society guided by the contradiction between feminine (thesis) and masculine (antithesis), rejecting the subordinate condition of women through the professional and social affirmation typical of the masculine. The synthesis was achieved through the reaffirmation of the feminine in the power of women's work against subalternity. The first section addresses childhood as a negation of the feminine seen in the mothers of that time. Next, it presents the contact with the industrial profession, from technical school to factory work, affirming the masculine, and then the feminine through dialectical overcoming, in teaching and research. Finally, there is a reflection on the school in addressing gender issues. The concluding remarks highlight the historical character of human formation, which needs to project emancipation.

KEYWORDS: Vocational education. Women. Female/male. Trajectories. Gender.

Mujeres en la formación profesional: Dialéctica de lo femenino en la trayectoria de una educadora

RESUMEN

Este artículo surge de una conversación entre la autora y Lindamir Casagrande en el marco del proyecto "Conversando sobre". El eje analítico es la dialéctica de lo femenino: la trayectoria en una sociedad patriarcal guiada por la contradicción entre lo femenino (tesis) y lo masculino (antítesis), rechazando la condición subordinada de la mujer mediante la afirmación profesional y social propia de lo masculino. La síntesis se logró a través de la reafirmación de lo femenino en el poder del trabajo de las mujeres contra la subalternidad. La primera sección aborda la infancia como una negación de lo femenino, reflejada en las madres de aquella época. A continuación, presenta el contacto con la profesión industrial, desde la escuela técnica hasta el trabajo en la fábrica, afirmando lo masculino y, posteriormente, lo femenino mediante la superación dialéctica, tanto en la docencia como en la investigación. Finalmente, se reflexiona sobre la escuela y su papel en el abordaje de las cuestiones de género. Las conclusiones resaltan el carácter histórico de la formación humana, que debe proyectar la emancipación.

PALABRAS CLAVE: Formación profesional. Mujeres. Femenino/masculino. Trayectorias. Género.

REFERÊNCIAS

BARATA-MOURA, José. **Totalidade e Contradição. Acerca da Dialéctica**. Lisboa: Edições Avante!, 2012.

ESTÉS, Clarissa. **A ciranda das mulheres sábias**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola**. Porto Alegre, Artmed, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FRIGOTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

RAMOS, M. N. Prefácio. *In:* LIMA NETO, A. L. *et al.* (org.). **Sexo, sexualidade e gênero na educação profissional no Brasil e na França**: estudos exploratórios. Natal: IFRN, 2021. p. 12-16. Disponível em: http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2053. Acesso em: 22 dez. 2023.

DOI: 10.3895/cgt.v18n50/51.22668.
Como citar: RAMOS, Marise Nogueira. Mulheres na Educação Profissional: dialética do feminino na trajetória de uma educadora. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 18, n. 50/51, p. 1-15, jan./dez, 2025. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt. Acesso em: XXX.

Direito autoral:
Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.